

Mobilizando investimentos verdes nos estados brasileiros



Compreendendo o Financiamento Climático no Brasil

Um guia rápido para entender a mobilização de investimentos verdes nos estados brasileiros

Planos Climáticos

Os planos de descarbonização e de resiliência (adaptação) climática são fundamentais para demonstrar como os governos subnacionais pretendem contribuir com os compromissos nacionais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Esses planos devem garantir, por exemplo, que as metas estejam alinhadas às realidades e prioridades locais, com base em fundamentos científicos. No entanto, esses planos nem sempre possuem clareza suficiente para a tomada de decisão por financiadores e investidores.

Planos de Financiamento Climático

Para atrair recursos para a implementação dos planos climáticos, estados, regiões e cidades devem traduzi-los para uma linguagem compreensível para potenciais investidores. Isso oferece maior segurança ao investidor quanto às necessidades financeiras, ao processo de transição e às formas pelas quais essas necessidades podem ser atendidas por diferentes tipos de capital. Os Planos de Financiamento Climático contribuem para trazer essa visão de longo prazo, definindo prioridades e soluções em termos de instrumentos financeiros, estratégias de acesso a diversas fontes de capital, entre outros aspectos. Sob a perspectiva do investidor, esses planos representam oportunidades de investimento claras e estruturadas.

Finanças Climáticas

Finanças climáticas referem-se a investimentos, de origem pública ou privada, que apoiam ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas — ou seja, fluxos financeiros que se preocupam com o clima como objetivo principal. O termo também está relacionado aos compromissos internacionais, como os US\$ 300 bilhões anuais prometidos por países desenvolvidos na COP29, em Baku, e à meta ampliada de US\$ 1,3 trilhão proveniente de múltiplas fontes — ambos componentes do que ficou conhecido como Nova Meta Quantificada Coletiva (*New Collective Quantified Goal – NCQG*).

Finanças Alinhadas ao Acordo de Paris

Finanças alinhadas ao Acordo de Paris englobam as finanças climáticas, mas vão além. Esse conceito pressupõe que todos os fluxos financeiros estejam em conformidade com os compromissos climáticos assumidos em níveis nacional e subnacional, de forma a não comprometer a ação climática. Aqui incluem-se os fluxos com ou sem um objetivo climático como principal. Em outras palavras, alinhar-se ao Acordo de Paris significa direcionar os investimentos para atividades “verdes”, ao mesmo tempo em que se evita o financiamento de iniciativas “marrons”, como combustíveis fósseis e ações incompatíveis com a adaptação climática.

Projetos “Bancáveis”

Projetos “bancáveis” são aqueles capazes de atender a, pelo menos, quatro critérios fundamentais. Primeiro, devem ser tecnicamente e financeiramente viáveis. Segundo, precisam demonstrar adicionalidade em relação às metas climáticas. Terceiro e quarto, devem cumprir salvaguardas mínimas e ser capazes de justificar, quando aplicável, a geração de co-benefícios para outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como equidade de gênero, inclusão social, biodiversidade, entre outros. Em última instância, um projeto com maior “bancabilidade” é um projeto mais pronto para receber investimentos e, portanto, mais atrativo para diferentes tipos de financiadores.

Viabilidade Técnica e Financeira

Projetos robustos e “bancáveis” devem apresentar viabilidade técnica e financeira. Isso significa demonstrar que possuem clareza sobre os requisitos necessários para sua implementação eficaz. Também implica que o projeto é capaz de gerar retornos – financeiros, sociais ou ambientais – e manter impactos positivos mesmo após o horizonte de investimento ou a conclusão do período inicial de execução.

Embora nem todo projeto necessário para uma transição ampla deva ser bancável, é fundamental impulsionar esse tipo de projeto para garantir que economias inteiras possam descarbonizar-se e tornar-se mais resilientes climaticamente. Isso garante que diferentes tipos de capital estejam disponíveis para etapas, setores e atores diversos da economia e sociedade.

Adicionalidade Climática

A adicionalidade climática diz respeito à capacidade de um projeto de gerar impactos positivos e confiáveis que contribuam para uma transição rumo à uma economia resiliente ao clima e de baixa emissão de carbono. Em termos gerais, a adicionalidade normalmente indica que um certo impacto positivo não teria ocorrido sem o projeto. Isso pode ser em termos de maior resiliência contra impactos climáticos, gatilhos que desbloqueiem processos de escarbonização ou reduções de emissões que vão além das trajetórias de descarbonização.

Salvaguardas e Co-benefícios

Salvaguardas representam os requisitos socioambientais mínimos que projetos devem atender. Elas garantem que as atividades propostas não gerem impactos negativos, evitando riscos adicionais para as comunidades envolvidas, ao meio ambiente e para os potenciais investidores. Essas salvaguardas podem estar relacionadas a temas como direitos humanos, igualdade de gênero, inclusão social, conservação ambiental, entre outros.

Co-benefícios dizem respeito à capacidade do projeto de gerar resultados positivos em outras áreas além do objetivo principal. Não se tratam de exigências mínimas, mas sim de atributos adicionais que demonstram uma abordagem mais transformadora, tornando o projeto mais competitivo na busca por financiamento. É fundamental que os co-benefícios estejam claramente vinculados ao projeto, com justificativa e indicadores adequados.

Carteira – ou Pipeline – de Projetos

A carteira – ou pipeline – de projetos serve para comunicar oportunidades de investimento a potenciais financiadores. Por exemplo, ao melhorar a sua capacidade de priorizar atividades e desenvolver projetos, os governos estaduais podem criar uma pipeline de projetos que utilizem múltiplos instrumentos financeiros para mobilizar diferentes tipos de capital, atraindo assim financiamento em maior escala para a sua transição climática. Pipelines fortes sinalizarão aos investidores não apenas as vantagens dos projetos existentes, mas também a capacidade dos proponentes subnacionais de desenvolver novos projetos.